

CRIME E CORRUPÇÃO: INTERPRETAÇÕES DE INTERNAUTAS SOBRE O ESQUEMA DE CORRUPÇÃO DA ODEBRECHT

CRIME AND CORRUPTION: INTERNET USERS INTERPRETATIONS ABOUT THE
ODEBRECHT'S CORRUPTION SCHEME

<http://dx.doi.org/10.21714/2179-8834/2017v22n2p88-109>

Tayanne Ferraz da Silva Poberschnigg

Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Gestão e Negócios, Brasil.
Endereço: Av. João Naves de Ávila, 2121 - Santa Mônica - Uberlândia, MG – CEP: 38400902
Fone: +55 (34) 3239-4800
E-mail: tayanneferrazs@gmail.com - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4657550619825773>

Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros

Professora Adjunta III dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Gestão e Negócios, Brasil.
Endereço: Av. João Naves de Ávila, 2121 - Santa Mônica - Uberlândia, MG – CEP: 38400902
Fone: +55 (34) 3239-4800
E-mail: cintia@ufu.br - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8358316505475749>

Submissão: 19 Mar. 2017 **Publicação:** 23 Set. 2017. **Sistema de avaliação:** *Double blind review*. Centro Universitário UNA, Belo Horizonte - MG, Brasil. Editor geral: Prof. Dr. Gustavo Quiroga Souki

Este artigo encontra-se disponível nos seguintes endereços eletrônicos:

<http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/897>

<http://dx.doi.org/10.21714/2179-8834/2017v22n2p88-109>

RESUMO

No Brasil, as investigações sobre esquemas de corrupção nas organizações ganharam maior expressão pela Operação Lava Jato. Nesse contexto, consideramos, como o foco de nossa pesquisa, o esquema de corrupção envolvendo a Odebrecht, o qual tem sido bastante divulgado nacionalmente pelos jornais online. Nosso objetivo foi analisar as interpretações dos internautas acerca do que foi publicado sobre o caso de corrupção na Odebrecht e, para tanto, realizamos uma análise de conteúdo dos comentários encontrados no jornal Folha de S. Paulo, em sua versão online, identificando cinco assuntos mais recorrentes nas discussões: empresário de bem e empresa sanguessuga; conteúdo e censura do jornal; causas da corrupção; consequências da corrupção; os culpados e o combate à corrupção. Os resultados indicam que os internautas estão atentos aos fatos e procuram se posicionar a respeito. Além disso, a maioria dos internautas autores dos comentários acredita que a corrupção pode ser combatida e que ela está associada aos políticos e ao setor público.

Palavras-chave: Odebrecht; Corrupção; Internautas.

ABSTRACT

In Brazil, the investigations about corruption schemes in organizations gained greater expression by *Operação Lava Jato*. In this context, we consider in this study the corruption scheme involving Odebrecht, a subject that has been widely publicized nationally by online newspapers, the focus of our research. Our aim was to analyze the interpretations of Internet users about what was published on the case of corruption at Odebrecht and, therefore, we conducted a content analysis of the comments found in news published by the newspaper *Folha de S. Paulo*, identifying five most recurrent issues in the discussions: good businessman and bloodsucker company, newspaper content and censorship, causes of corruption, consequences of corruption, and the guilty and the fight against corruption. The results indicate that Internet users are aware of the facts and seek to position themselves about it. Besides, most of the people who commented believe that corruption can be combated and that it is associated with politicians and the public sector.

Keywords: Odebrecht; Corruption; Internet users.

1. Introdução

O contexto atual brasileiro é de crise, atingindo as dimensões econômica, social e política. A cada dia é divulgado o fechamento de estabelecimentos e demissões em massa por grandes companhias, como apresenta Salomão (2015). Além disso, diante o desencadeamento de investigações de fraude contábil e corrupção nas empresas e no Governo, há constante repercussão de novos escândalos corporativos na mídia.

A corrupção é um tema complexo e, por isso, difícil de ser definido. Contudo, entende-se que a corrupção envolve um desvio de conduta (IJEWEREME, 2015; ANAND; ASHFORTH; JOSHI, 2004), sendo definida por alguns autores como o uso abusivo do poder com finalidade de ganhos pessoais (AMUNDSEN, 1999; TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2016a).

Em geral, ela pode impactar negativamente a sociedade, o ambiente, a economia e a política (KUBBE, 2014; TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2016b), trazendo consequências financeiras e para a liberdade das pessoas, além de riscos para a saúde e, em casos mais extremos, até para a própria vida, conforme o Transparency International (2016b). E, ao analisar um esquema de corrupção, é interessante verificar o contexto, observando as características culturais e governamentais que o constituem (AMUNDSEN, 1999; IJEWEREME, 2015).

Levando em consideração as importantes implicações e a atualidade do assunto, neste artigo, nos orientamos pelo seguinte questionamento: “quais as interpretações dos internautas sobre o esquema de corrupção que envolve a Odebrecht?”. Para responder a essa questão, estabelecemos como objetivo analisar as interpretações dos internautas acerca do que foi publicado, na imprensa nacional, sobre o caso de corrupção na Odebrecht.

Para tanto, adotamos a pesquisa de base qualitativa, analisando os comentários postados nas reportagens do jornal *Folha de S. Paulo*, na sua versão online, sobre o assunto, abrangendo o período de junho de 2015 até dezembro de 2015. Nós escolhemos a *Folha de S. Paulo* por esse ser um jornal de amplo acesso,

tanto impresso quanto digital, e por ser considerado o maior jornal brasileiro em circulação, conforme a ANJ (2014).

Optamos por analisar os comentários de internautas devido ao objetivo deste estudo, à facilidade de acesso ao material para análise e pela internet ser um dos meios de comunicação mais utilizados pelos brasileiros (BRASIL, 2014). Em relação à organização, elegemos a Odebrecht, pois, além de essa ser uma multinacional brasileira, é um dos casos de corrupção de maior repercussão, dado que a empresa é uma das protagonistas do esquema deflagrado pela Operação Lava Jato. Essa operação desenvolveu-se a partir de março de 2014, tendo sido investigadas e processadas, inicialmente, quatro organizações criminosas lideradas por operadores do mercado paralelo de câmbio e, posteriormente, o Ministério Público Federal recolheu provas de um esquema de corrupção que dura pelo menos dez anos, envolvendo grandes empreiteiras brasileiras e a estatal Petrobrás.

Após a prisão do presidente da Odebrecht, uma das empreiteiras envolvidas, em 19 de junho de 2015 (AFFONSO, et al., 2016), recentemente, a repercussão sobre o esquema de corrupção na companhia foi impulsionada pelos achados da investigação. Segundo Vieira (2016), no dia 22 de fevereiro de 2016, a Polícia Federal confiscou uma lista com mais de 200 nomes de políticos que receberam repasses da Odebrecht, se enquadrando, portanto, em um caso de escândalo corporativo.

Assim, a importância deste estudo justifica-se pela ampla discussão do caso Odebrecht, como, também, pelo contexto atual brasileiro, caracterizado por problemas sociais, políticos e econômicos. Pretendemos contribuir com o campo dos estudos organizacionais apontando para as interpretações dos internautas brasileiros sobre um fenômeno multifacetado como a corrupção, já que a internet tem se configurado como um espaço de interações complexas.

Além desta introdução, o artigo conta com uma revisão da literatura para embasar este estudo, abrangendo conceitos, causas, efeitos e combate à corrupção; procedimentos adotados; a apresentação e discussão dos resultados; e as considerações finais, retomando o objetivo geral, além de expor as contribuições do estudo, bem como suas limitações e sugestões para pesquisas futuras.

2. Corrupção: conceito, causas, efeitos e combate

A corrupção é um fenômeno social cuja definição não é comum para todos os estudiosos da área (IJEWEREME, 2015; ANAND; ASHFORTH; JOSHI, 2004; GICO JR; ALENCAR, 2011). Ainda, sua ocorrência pode ser observada ao longo de nossa história e em diversos países, não sendo apenas uma preocupação local e atual (GICO JR; ALENCAR, 2011; LEAL; RITT, 2015).

Em uma abordagem etimológica, entende-se que a corrupção tem origem do latim *corruptionis*, remetendo à ideia de devastação e apodrecimento, sendo composta por dois termos conectados, *cum* e *rumpo*, que indicam “rompimento total”, conforme Leal e Silva (2014). Os autores também destacam que nem sempre a palavra corrupção esteve associada à política. Inicialmente, ela era vista como um ciclo natural na biologia, possuindo o sentido de degradação ou decomposição.

Como referido anteriormente, a corrupção não tem uma definição única e amplamente aceita, podendo ser entendida e analisada em diferentes perspectivas (BREI, 1996). Leal e Ritt (2015, p. 16), por exemplo, apresentam a corrupção como um “[...] comportamento nefasto para a sociedade, que traz como maiores prejudicados as pessoas mais carentes, com poucos ou nenhum recurso com relação à saúde, à educação e a políticas públicas [...]”.

Assim, de uma forma generalizada, a corrupção consiste na prática e consequência de se corromper e aos demais (PEREIRA, 2002). Em seu estudo, Ijewereme (2015, p. 2, tradução nossa) concluiu que a corrupção, seja ela política ou não, “[...] implica em qualquer ação que viola regras eleitorais/os deveres formais de qualquer papel, regra ou norma pública com respeito a confiança pública”.

Relacionando a corrupção à política, Amundsen (1999) afirma que, neste caso, os tomadores de decisão política vão usar o poder que lhes é atribuído pra conseguir mantê-lo. Na mesma direção, o Transparency International (2016a) acredita que a corrupção envolve o emprego do poder de forma abusiva por quem o detém, em busca de favorecimento pessoal. Ambos expõem que a corrupção pode ser considerada pequena, ou burocrática, quando os atos corruptos ocorrem por parte de colaboradores públicos de baixo a médio nível, ou grande, envolvendo um nível alto do sistema político.

Complementarmente, Pereira (2002) discute que ações corruptas podem acontecer em diversos níveis e áreas do setor público, como, também, o seu alcance é variado, podendo-se conceituar a corrupção a partir de quatro enfoques, segundo Brei (1996): mercado, regulamentações formais, interesse público e opinião pública.

Partindo da perspectiva de mercado, o mesmo autor aponta que a corrupção está relacionada à “[...] compra de favores de burocratas responsáveis pela formulação e administração de políticas econômicas do governo” (BREI, 1996, p. 65-66). Ainda, Brei (1996, p. 66) discorre que “tais pagamentos não são legitimados por processos políticos e administrativos corretos. São apropriados pelos burocratas, e não pelo Estado mediante o recolhimento devido”.

Abordando sobre a corrupção política no Brasil, Zancanaro (1995) e Schilling (1999) fazem algumas considerações sobre esse fenômeno social, cujo *boom* no cenário político brasileiro ocorreu nas décadas de 80 e 90 (SCHILLING, 1999), sendo “A corrupção é muito discutida como sendo um ‘crime sem vítima’ [...]”, (SCHILLING, 1999, p. 50), pois implica na existência e mútuo benefício de um corrupto e um corruptor, conforme Zancanaro (1995) e Schilling (1999). A corrupção é um crime cuja ocorrência praticamente não surpreende mais a população brasileira, pois está amplamente espalhado em vários setores da atividade pública (FILGUEIRAS, 2009; SILVA, 2013; OLIVEIRA JÚNIOR; COSTA; MENDES, 2016).

Dessa forma, embora não haja um consenso sobre em que consiste a corrupção, é reconhecido que ela pode estar em diversas sociedades (AMUNDSEN, 1999; LEAL; RITT, 2015) e que possui consequências negativas, resultando em vários problemas sociais, econômicos, políticos e/ou ambientais (KUBBE, 2014; TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2016b). Por isso, além de ter noção sobre seu conceito, é relevante compreender suas causas (KUBBE, 2014; ANAND; ASHFORTH; JOSHI, 2004), efeitos (AMUNDSEN, 1999) e como essa pode ser combatida ou reduzida (GICO JR; ALENCAR, 2011; KUBBE, 2014).

Conforme Amundsen (1999), o modo como a corrupção política é vista pode variar conforme o regime político. Em países mais autoritários, ela não é uma prática evitada, mas desejada e aplicada, sendo entendida como um processo normal. Já em países mais liberais e democráticos, o autor afirma que, apesar de a corrupção estar presente, ela ocorre de uma maneira mais ocasional.

Além do regime político, Power e González (2003) também apontam que aspectos culturais e, principalmente, o nível de desenvolvimento econômico do país estão relacionados à corrupção. Para chegar a essas conclusões, os autores realizaram um estudo com base em informações contidas no *World Surveys Values* e no *Transparency International*, algo que não é bem visto por Abramo (2005). Isso porque, para esse autor, a conclusão mais relevante que o *Transparency International* poderia dar, por exemplo, é que há maior probabilidade de atos corruptos em países pobres.

Índices de percepções de corrupção como o *Transparency International* apenas medem indiretamente o fenômeno, baseando-se em opiniões de pessoas que estão relacionadas a corporações transnacionais. Dessa forma, deve-se tomar cuidado com esse tipo de fonte, pois a percepção das pessoas pode ser influenciada pela mídia, além de haver limitações quanto à precisão dos índices e à falta de uma abordagem mais direta (ABRAMO, 2005).

Também relacionando a corrupção às características do país, O'Connor e Fischer (2012) encontraram que o tamanho do governo, a riqueza e a auto expressão dos valores da sociedade são parâmetros que auxiliam a analisar a corrupção no país. E, em um estudo que envolveu países europeus, Kubbe (2014) apontou algumas características que estão associadas à presença de corrupção. Dentre elas: o Protestantismo, o desenvolvimento econômico, a porcentagem de mulheres nos parlamentos, a integração internacional, o grau de duração da democracia e a influência do passado pós-comunista.

Anand, Ashforth e Joshi (2004) discutem que, geralmente, a corrupção não é causada apenas por uma pessoa, envolvendo um número maior de participantes em um ambiente de trabalho. Ainda, existe uma tendência de que os crimes de colarinho branco não sejam vistos como tal pelas pessoas que o praticam; e as mesmas utilizam de práticas de racionalização e socialização como forma de evitar esse caráter negativo da corrupção, enxergando-a como uma ocorrência comum e aceitável em seu cotidiano.

Tendo-se introduzido as causas do fenômeno da corrupção, é importante também discutirmos os seus efeitos, os quais podem abranger as dimensões sociais, econômicas, políticas e/ou ambientais (KUBBE, 2014; TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2016b). No âmbito social, o Transparency International (2016b) diz que a corrupção corrói a sociedade, o que remete ao sentido inicial do termo (LEAL; SILVA, 2014).

Na medida em que se alastra pela sociedade, a corrupção gera uma desconfiança acerca de seus líderes e do próprio sistema por parte das pessoas que não tomam iniciativas de combate, por ser algo comum (SCHILLING, 1999; TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2016b). Assim, ainda não existe um real interesse de combate à corrupção, não havendo uma postura proativa para a resolução desse problema, segundo Pereira (2005).

Ao se estudar corrupção, apontam Leal e Ritt (2015), deve-se levar em conta as características históricas e culturais da localidade, a fim de compreender os limites de aceitação dessa prática pela sociedade. Afinal, se a população, em geral, tende a aceitar e praticar atos imorais ligados à corrupção, não se pode descartar a possibilidade que seus representantes sigam a mesma conduta. Furtado (2012) apresenta que, além da questão cultural, inúmeras oportunidades para ações desviantes e a certeza da impunidade colaboram para que a corrupção permaneça.

Dessa forma, Amundsen (1999) aborda as consequências políticas e econômicas da corrupção. Em relação aos efeitos políticos, o autor diz que, independentemente, se a lei, os direitos humanos e a divisão do poder são respeitados em um país, a constante incidência de corrupção representa um risco para qualquer sistema democrático. Isso, pois, nada mais é do que um obstáculo ao regime, transgredindo seus princípios essenciais de transparência, igualdade, prestação de contas e equidade (KUBBE, 2014).

Quanto às consequências econômicas, embora reconheça que há particularidades, Amundsen (1999) e Carraro et al. (2016) discutem que, em geral, a corrupção é nociva para o desenvolvimento econômico, ao passo que inibe a iniciativa privada, como, também, os investimentos e auxílio externos, por exemplo. O impacto na economia dependeria do quão centralizada, coordenada, organizada e disciplinada a corrupção é no país. A ong Transparency International (2016b) cita que, a fim de se beneficiarem, os políticos corruptos vão priorizar investir em usinas de energia e refinarias, por exemplo, ao invés de destinar recursos às escolas, hospitais e estradas. Assim, tem-se como consequência econômica o esgotamento da riqueza nacional.

Há também agravantes ambientais. Quando não são cumpridos os regulamentos e legislações que remetem ao meio ambiente, ou até mesmo quando eles não existem no país, pode haver muitos danos ao sistema ecológico, em virtude de sua má exploração (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2016b).

Diante desses danos apresentados, faz-se necessário compreender como a corrupção pode ser reduzida ou combatida (GICO JR; ALENCAR, 2011; KUBBE, 2014). Zancanaro (1995) acredita que há somente duas formas para enfrentar o fenômeno: investir fortemente em Educação e punir pedagogicamente os infratores. Schilling (1999), por sua vez, diz que, para combater a corrupção, é necessário que as pessoas acreditem na mudança. Para a autora, deve-se confiar que os órgãos vão cumprir seu papel no que se refere a investigar, julgar e punir casos de atos corruptos, ou seja, uma postura não apática em aceitar os crimes leva a resultados.

No Brasil, Pereira (2003) diz que, *a priori*, cabe ao Estado estabelecer a moral na sociedade, combatendo, constantemente, os atos corruptos em prol dos princípios de um regime democrático, os quais são violados pelas práticas ilícitas, segundo Kubbe (2014). Porém, no caso do Brasil, encontra-se uma corrupção sistêmica, não bastando somente essa governança responsável. Faz-se necessária, também, uma mobilização da sociedade civil e da política em prol de controlar aqueles que detêm o poder (PEREIRA, 2005).

2.1 Estudos empíricos sobre corrupção

As pesquisas de Rose-Ackerman (1975, 1978) estão entre os estudos considerados pioneiros sobre o tema corrupção. A autora entende a corrupção como resultado da estrutura do mercado burocrático e dos incentivos recebidos pelos burocratas. Nesse entendimento, o corrupto tomaria suas decisões com base na relação entre os custos e benefícios, se corrompendo caso o ganho com a corrupção fosse maior do que o risco de ser pego e punido. Desse modo, a corrupção é uma alternativa para superar a burocracia que paralisa o desenvolvimento econômico, ou seja, para uma sociedade tradicional, a corrupção funcionaria como um lubrificante para ocorrer a modernização.

Um tema comum nos estudos empíricos sobre corrupção é a relação entre cultura e corrupção, como por exemplo, Melo, Sampaio e Oliveira (2015) encontraram uma correlação positiva entre o índice de corrupção e a taxa de abertura de empresas nos estados brasileiros, considerando o período de 2000 a 2008. No entanto, esse resultado vai de encontro ao que outros autores, como Carraro et al. (2011) e Palifka (2006), que encontraram uma correlação negativa entre os dois índices.

Pillay e Dorasamy (2010) analisaram a interação entre as dimensões culturais e a natureza da corrupção. Os resultados apontaram uma associação entre cultura nacional e corrupção, sendo a primeira uma macro variável que influencia a segunda. Segundo as proposições dos autores, a arbitrariedade da corrupção é vista em culturas com elevada distância de poder. Nessa mesma direção, Power e Gonzáles (2003) identificaram fatores culturais associados à corrupção, concluindo que o nível de corrupção em um país ocorre influenciado pelo tipo de regime político e pelo nível de desenvolvimento econômico.

A comparação realizada por O'Connor e Fischer (2012) quanto à influência de valores sociais, da riqueza e das instituições políticas na corrupção em 59 países, no período de 1980 a 2008 tornou possível classificar os países menos e os mais corruptos. Isso traz implicações para o desenvolvimento econômico dos países mais corruptos, como mostram Budak e Rajh (2014), que identificaram que a corrupção consiste em um obstáculo para a concretização de negócios em países dos Balcãs. Isso porque a corrupção cria uma espécie de taxa imposta aos agentes do mercado para conseguir vantagens, tais como fugir da burocracia, influenciar na legislação, obter proteção política, o que aumenta sobremaneira o custo das negociações.

Ao pesquisar as causas e consequências da corrupção, Amundsen (1999) identificou vários fatores que propulsionam a corrupção, como o baixo desenvolvimento econômico, os baixos níveis de democracia; e Lambsdorff (2006) apontou o tamanho do setor público, a qualidade da regulação, a carência de competição econômica, a estrutura do governo, centralização do poder, a cultura, os valores, gênero, e a geografia e história local. Com relação às consequências, a corrupção afeta o tipo de governo, porém, a legitimidade do Estado e de suas instituições são capazes de impedir que o país sofra os seus efeitos (AMUNDSEN, 1999).

O pressuposto de que nos regimes democráticos o nível de corrupção é menor do que em regimes autoritários não encontrou respaldo na pesquisa de Hassid e Brass (2015), que analisou a corrupção em um estado totalitário (China) e um democrático (Quênia). Os resultados, diferentemente do esperado, mostrou que a China não ignora a pressão pública, sendo mais sensível a esse fator do que o Quênia. Esse estudo apontou que na China, mesmo com a imprensa ameaçada, as autoridades reagem de forma rápida na punição dos envolvidos em esquemas de corrupção, de modo a responder às demandas públicas. Já no Quênia, os políticos agem com impunidade e não foram apresentadas soluções para grandes esquemas de corrupção. Os autores explicam que a democracia e a liberdade de imprensa são importantes para que os governos ofereçam respostas à sociedade, no entanto, não são suficientes para tal.

Diferentemente do estudo de Hassid e Brass (2015), Camaj (2013) encontrou uma associação inversamente proporcional entre liberdade de imprensa e corrupção, quando pesquisou essa relação em 133 países. O autor encontrou que quanto maior a liberdade de imprensa, menores são os índices de corrupção, sendo a primeira encontrada em países com regime parlamentarista e cujo poder judiciário tem maior independência.

Considerando os Estados Unidos como campo de pesquisa, Puglisi e Snyder (2011) estudaram a cobertura dos jornais sobre os escândalos políticos do país durante a década de 2000, analisando cerca de 32 escândalos e 200 jornais. Os resultados apontaram para uma forte inclinação partidária dos jornais na cobertura dos escândalos, por exemplo, jornais com inclinação democrata cobrem de forma mais ampla os escândalos envolvendo políticos republicanos e vice-versa. Cobb e Taylor (2015) pesquisaram se os eleitores puniriam os candidatos cujos partidos políticos estiveram envolvidos em escândalos de corrupção, no Estado da Carolina do Norte. Os resultados encontrados apontaram que os entrevistados que sabiam sobre os escândalos que envolviam o Partido Democrata não reconheciam esse partido como favorável, e, ainda, consideraram que o Partido Republicano tinha melhores condições de combater a corrupção.

3. Métodos e procedimentos da pesquisa

Nosso estudo é de natureza qualitativa, pois tem por objetivo analisar as interpretações dos internautas acerca do que foi publicado sobre o caso de corrupção na Odebrecht. Essa natureza de pesquisa visa interpretar fenômenos específicos, tendo como uma das ferramentas de análise a interpretação, a qual foi utilizada para os fins de nossa proposta (FLICK, 2009).

A Odebrecht é uma organização que está sendo inquirida pela Operação Lava Jato, a qual teve início no ano de 2009 e, até o presente momento, é considerada a maior investigação referente à lavagem de dinheiro e à corrupção no Brasil (BRASIL, 2016b). O primeiro caso tem como objeto crimes de lavagem de recursos, envolvendo os doleiros Alberto Youssef e Carlos Habib Chater, os quais começaram a ter suas conversas monitoradas a partir de 2013, conforme Brasil (2016a).

Por meio das interceptações, foi descoberto que Youssef havia doado um automóvel para Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras. Após o acontecido, em março de 2014 começaram, efetivamente, as investigações e o Ministério Público Federal (BRASIL, 2016a) recolheu diversas evidências de que havia um esquema de corrupção ocorrendo há, pelo menos, 10 anos.

Participavam deste esquema algumas empreiteiras que pagavam propina à alta administração da Petrobrás e a outros agentes do setor público. Portanto, organizou-se um cartel dessas empreiteiras, sendo a Odebrecht uma delas (BRASIL, 2016a), como referido anteriormente.

O foco da operação nas empreiteiras ocorreu em 2015, colidindo na prisão dos presidentes da Odebrecht e da Andrade Gutierrez, no dia 19 de junho de 2015 e marcando o início da 14ª fase da Operação Lava Jato. Junto com o presidente desta organização, Marcelo Odebrecht, foram presos, também, os diretores Alexandrino Alencar, Márcio Faria e Rogério Araújo (MACEDO, 2015). Dessa forma, o período no qual baseamos nossa pesquisa compreendeu de 19 de junho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Escolhemos os comentários de internautas como objeto de estudo, pois a internet é bastante utilizada no Brasil (BRASIL, 2014), sendo considerada um espaço para interações complexas e apresentando uma variedade de jornais disponíveis *online*. Dentre esses, optamos pela Folha de S. Paulo, o maior jornal pago em circulação no país (ANJ, 2014).

Assim, realizamos uma busca no *website* do jornal com a expressão “corrupção Odebrecht”. Ao todo, foram encontradas 309 notícias na Folha de S. Paulo relacionadas ao esquema de corrupção na Odebrecht, no período estabelecido para a pesquisa. Dessas, descartamos aquelas que não continham comentários, o que resultou em 193, as quais, juntamente com os comentários, constituem o corpus desta pesquisa.

Quanto aos comentários, foram encontrados 5.197, o que consideramos que seja o suficiente para atingir o nosso objetivo. Escolhemos essa fonte de informações para a nossa análise, pois, em pesquisas da área de organizações, segundo Medeiros, Valadão Jr e Miranda (2013, p. 620, tradução nossa), “[...] as postagens de internautas são uma fonte rica para análise quando se pretende compreender opiniões e concepções heterogêneas e multifacetadas sobre determinados aspectos relacionados às organizações e gestão”. Entendemos que os comentários postados nas notícias publicadas colaboram para esta discussão, de modo que, além de exporem suas opiniões a respeito do assunto, os internautas podem conversar e debater entre si. Ainda, apesar de ter sido muito abordado o quanto a mídia pode ser especulativa ao longo dos anos, pouco se investigou a opinião dos leitores, ou usuários de internet, relacionada ao conteúdo produzido.

Para a operacionalização da análise, partimos de questionamentos ligados à temática que orientaram a análise das interpretações dos internautas: Como a população expõe sua opinião sobre casos de corrupção? Ao opinarem, os internautas tendem a concordar com o que é publicado em reportagens de jornal a respeito do esquema de corrupção ligado à Odebrecht? Os internautas sugerem medidas de combate à corrupção?

Para respondê-las e atingir nosso objetivo, utilizamos a análise de conteúdo, a qual é adequada para pesquisas qualitativas (HSIEH; SHANNON, 2005). Essa técnica utiliza de diversos materiais como base de análise, dentre os quais podem ser citados fotografias, vídeos, relatórios oficiais, relatos autobiográficos, revistas e notícias de jornais (SILVA; FOSSÁ, 2015), sendo essas as fontes de informação utilizadas em nosso estudo.

Prosseguimos com uma análise de conteúdo convencional, conforme definida por Hsieh e Shannon (2005), na qual não trabalhamos com códigos preconcebidos e buscamos informações diretamente nos comentários dos internautas, fazendo a codificação durante a análise. Mesmo estando cientes das limitações de nossa escolha referentes a compreender o contexto e a identificar categorias-chave, segundo os autores anteriormente referidos, optamos por essa técnica para capturar a complexidade das interpretações das pessoas e suas percepções em relação ao tema.

A fim de operacionalizar nossa análise, seguimos alguns passos citados por Silva e Fossá (2015) para realizar a análise de conteúdo. Inicialmente, identificamos quais publicações se encaixavam no nosso critério de atender ao tema e conter comentários para, então, ler o material.

Posteriormente, fizemos um recorte, separando comentários com frases semelhantes e identificando cinco categorias que se diferenciavam. Agrupamos esses comentários em categorias comuns, de modo que cada comentário é apresentado na sessão seguinte pelo código “C(i.j)”, em que “i” indica o número do comentário e “j” a sua categoria. Finalmente, fizemos a interpretação da interpretação dos internautas, articulando os achados com o que foi apresentado na revisão de literatura.

4. Resultados e discussão

Neste estudo, analisamos os comentários dos leitores da Folha de S. Paulo *online* em notícias a respeito do esquema de corrupção envolvendo a multinacional Odebrecht. Ao todo, encontramos 5.197 comentários, dos quais 405 foram destinados às publicações de 19 de junho de 2015 no referido jornal, dia que ficou marcado pela prisão do presidente da organização em questão, Marcelo Odebrecht.

Ainda, percebemos que, mais da metade das notícias pesquisadas, 162, e de seus respectivos comentários, 3032, datavam de junho a julho de 2015, o que indica que os usuários de internet, rapidamente, procuraram se posicionar frente à denúncia de corrupção envolvendo as empreiteiras, realizada na 14ª fase da Operação Lava Jato.

Ao lermos os comentários, identificamos algumas temáticas recorrentes. Dentre elas, os internautas discutiam sobre a (1) empresário de bem e empresa sanguessuga; (2) conteúdo e censura do jornal; como também abordavam as (3) causas da corrupção; as (4) consequências da corrupção; e (5) os culpados e o combate à corrupção no Brasil, o que pode ser observado no Quadro I. Discutiremos as temáticas encontradas, a seguir, considerando a literatura sobre o tema para sustentar nossa análise.

Quadro I – Categorias e Palavras-chave

Categorias temáticas	Palavras-chave
Empresário de bem e empresa sanguessuga	Delação premiada, governo, cadeia, corrupção, “senhor”
Conteúdo e censura do jornal	Não foi publicado (comentário), comentário excluído
Causas da corrupção	Políticos, setor público, impunidade
Consequências da corrupção	Falta de saúde, desemprego, inflação
Os culpados e o combate à corrupção	Políticos, PT, Lula (e variações do nome), poder público, mudança, justiça, reforma, investigação, combate

Fonte: dados de pesquisa

Em geral, os internautas procuraram articular seus comentários ao invés de serem diretos ou vagos e, além de fazerem argumentações sobre o que foi exposto na notícia, também respondiam ou opinavam em alguns comentários de outros internautas. As pessoas demonstraram indignação com a atual situação política, econômica e social do país.

Temática 1: Empresário de bem e Empresa sanguessuga

No que tange à Odebrecht, poucos internautas defenderam ou acusaram a organização diretamente. A maioria apresentou comentários que acusavam políticos e partidos.

Em reportagens próximas ao dia 19 de junho de 2015, encontramos comentários como os que seguem:

Meu Deus conheço o Marcelo pessoa de bem em nada desabona sua conduta. Não estou acreditando. Tem que um basta somos um pequeno empresário e tudo isso repercute na nossa vida e nos nossos negócios. O Marcelo e os outros executivos de todas essas empresas envolvidas tem que continuar com suas inteligências do bem fazendo no Brasil ser forte. O que de benéfico uma prisão de pessoas de bem vai trazer nesse momento. Deus ilumine (C3.1).

Grandes empresários deste País, responsáveis por milhares de empregos, estão na cadeia sem sentença transitado em julgado, considerando bandidos e malfeitores por terem, segundo denúncia, praticado corrupção ativa, para manter seus negócios e renda para muito pobre. [...] (C18.1).

Além disso, outros comentários próximos à data se referiam, primordialmente, a Marcelo Odebrecht com certo respeito, chamando-o de “senhor”. Alguns faziam apelos para que ele delatasse os demais envolvidos, como “se eu fosse diretor fazia logo a delação premiada, afinal de contas, embora executivo da empresa, era só um

empregado. Diga tudo o que sabe e salve a sua pele. É ruim fazer rolo pro patrão e acabar na cadeia. Inteh” (C7.1).

Comentários como o anterior, nos quais consideram a empreiteira e os responsáveis pela tal mais como vítima do que culpados, foram mais comuns no início das acusações. No decorrer do tempo, até o final de 2015, o posicionamento predominante dos internautas aparentemente mudou.

Discursos como “essa Odebrecht é uma sanguessuga do povo brasileiro” (C11.1), “O que esta em julgamento é o caráter dos administradores destas empresas, a maquina da corrupção neste caso só foi possível por que estas empresas no interesse próprio, decidiram alimentar políticos corruptos [...]” (C16.1) e “a lei deve ser igual para todos, independente de situação financeira” (C28.1) começaram a ser mais frequentes, principalmente este último.

Entendemos que essa mudança pode ter acontecido pela população que comentou ainda suspeitar da veracidade das acusações a princípio, ou por acreditar, realmente, que as empreiteiras foram coibidas a pagarem propina, sendo a culpa direcionada para os políticos. Isso foi bastante observado em praticamente todas as publicações analisadas.

No entanto, deve-se considerar que a corrupção existe no setor público porque existem corruptores no setor privado, portanto, atribuir a culpa unicamente ao governo agrava as dificuldades no combate à corrupção. Sobre esse aspecto, o envolvimento do setor privado faz com que os políticos corruptos priorizem investir em áreas que propiciam lucros ao setor privado, ao invés de destinar recursos à educação e saúde (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2016b).

Essa temática enseja discussões relevantes para o combate à corrupção no país, para além de definir sobre quem recai a culpa. Como entende Pereira (2003, 2005), é papel do Estado estabelecer a moral e combater atos corruptos e coibir práticas ilícitas, porém, a ação do Estado não é suficiente no caso do Brasil, demandando, nesse caso, uma mobilização maior da sociedade civil para impedir que políticos corruptos não sejam eleitos e para exigir medidas e ações efetivas de combate à corrupção.

Temática 2: Conteúdo e censura do jornal

A princípio, quando nos deparamos com internautas que tentavam escrever o nome de organizações de outra forma, vide o último comentário exposto, ou até mesmo de personalidades, como Lula que foi referido, entre outros, por “Brahma”, “*nine fingers*”, “Barba” e “Lola”, não demos tanta importância ao fato. Mas, a frequência com que isso ocorria nos chamou a atenção e encontramos comentários que denunciavam a falta de liberdade de expressão.

Dica para o pessoal que está sendo censurado: coloque um apóstrofo (') na frente de todas as palavras que a 'Folha de S.P censura. O difícil é saber quais palavras estão sendo censuradas. Mas, uma vez fazendo isso na palavra censurada, ela irá ser automaticamente aceita. Para palavras em Caixa Alta, recomenda-se o uso do ponto final (.) entre as letras. Exemplo: L.U.L.A...L.A.D.R.Ã.O. Eles censuram também a

palavra "ladrão". Flexões possíveis: "ladrão, 'ladrão, /ladrão, e assim vai (C11.2).

Ainda sobre o jornal, encontramos poucos comentários que apontavam abertamente concordância ou discordância com as reportagens. Alguns elogiavam, "muito boa esse tipo de reportagem porque traz para a realidade o que significa a vida na prisão para qualquer um e talvez sirva para quem ainda insiste em delapidar o país, repensar o comportamento. [...]" (C15.2), enquanto outros não acreditavam muito no que estava sendo colocado, "a mesma enganação nos noticiários de sempre só para iludir o povo, e no fim fica arquivado e impune" (C5.2).

A maioria das pessoas apenas comentava a respeito das notícias, não questionando se o conteúdo publicado pela Folha de S. Paulo era verídico ou não. Entendemos que esse silêncio indica que os internautas tendem a não procurar diversas fontes sobre uma notícia antes de formarem suas opiniões e comentá-las, ou que, de fato, acreditam e concordam com o que o jornal está noticiando. Nesse ponto, chama atenção a visão acrítica dos comentários, o que pode sinalizar para um lapso no sistema educacional que pode ser considerado responsável pela falta de questionamento dos leitores quanto à tendenciosidade da imprensa e dos meios de comunicação em geral, como mostra o estudos de Puglisi e Snyder (2011).

Em relação às causas e às consequências da corrupção, percebemos que os comentários a respeito foram muito pouco se comparados à totalidade e até mesmo um dos internautas se posicionou sobre isso: "comentários improdutivvvvos .." (C7.2). Havia mais reclamações sobre a corrupção no país, comparações do Brasil com países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos, e questionamentos sobre até quando o país iria suportar o que está presenciando, pois estamos em uma crise política, econômica e social.

Embora não tenhamos encontrado um número significativo de comentários, principalmente, no que se refere às causas da corrupção, entendemos que o material que coletamos apresenta considerações interessantes e condizentes com o que foi apresentado por alguns estudiosos do tema mencionados em nossa revisão bibliográfica.

Temática 3: Causas da corrupção

Começando pelas causas, foram identificadas o baixo grau de formação e conhecimento daqueles que ocupam cargos de confiança, a falta de transparência dos políticos, o descaso das autoridades e das empresas com os bens públicos, a presença de cargos com salários baixos ou não compatíveis com a importância atribuída a eles e a falta de punição. Alguns acreditam que a corrupção no Brasil existe desde a época do seu descobrimento:

A corrupção é endêmica e está em metástase. Jura que vcs acreditam que isso começou apenas em 2003? O Brasil funciona assim desde 1500. TODOS os governos atuais e anteriores são corruptos (federal, estaduais e municipais), pois em tudo há uma grande festa da impunidade. [...] (C3.3).

Outros afirmam que a corrupção que presenciamos é decorrente da época da ditadura, por terem desacreditado a democracia e dos brasileiros. Alguns internautas apontam que os motivos de delações ainda não terem sido feitas e de todos os responsáveis não estarem presos se referem aos interesses particulares envolvidos.

Portanto, na opinião dos autores dos comentários da Folha de S. Paulo *online* analisados, as causas para a corrupção são culturais, como foi mencionado por Power e González (2003), além de ter influência do desenvolvimento econômico e do período relativamente curto da democracia no país, fatores discutidos por Kubbe (2014). Também destacam a não transparência e a presença de impunidade e desinteresse público, os quais são abordados por Furtado (2012) e Pereira (2005), respectivamente.

Temática 4: consequências da corrupção

No que se referem às consequências, os internautas argumentam que a corrupção leva a criação de cidades “monstruosas”, cheias de edifícios e com poucos parques e jardins, além de estradas, pontes e escolas mal feitas. Além disso, inibe o desenvolvimento do país, desencadeia o surgimento de favelas e resulta na falta de educação e de recursos para hospitais, na volta da inflação e aumento de tarifas, na desigualdade social, no desemprego em massa e em obras sem necessidade e com superfaturamento.

Enquanto o resto do povo brasileiro está no fundo do poço, pagando caro o preço dos erros cometidos por essa senhora e seus antecessores, desde as privatizações para bancar o plano Real, e os endividamentos do povo com reduções de IPI e programas minha casa minha vida, fora os investimentos perdidos na âmbito elétrico, pre-sal, porto em cuba além da corrupção e da Copa furada, a grana foi pro brejo e agora e tirar das costas do povo brasileiro, que não soube aproveitar reeleição e não aprendeu a votar (C16.4).

Dessa forma, a opinião pública, representada pelos usuários da internet, acerca das consequências que a corrupção pode trazer ao país e à população em geral, é condizente com o que a literatura diz a respeito, como pode ser visto nos estudos de Amundsen (1999) e Kubbe (2014) e no *website* do Transparency International (2016b).

Temática 5: Os culpados e o combate à corrupção

Os internautas realizaram sugestões que, em suas opiniões, seriam ações necessárias para combater a corrupção instaurada no Brasil. Alguns clamaram para uma movimentação dos cidadãos, fazendo alusão ao processo de *impeachment* da presidente Dilma ao dizer “vamos para as ruas. A criadora da “mulher sapiens” não tem mais condições de presidir o país” (C1.5). Ou, até mesmo, incentivando a

violência: “[...] A população deveria ser armar, invadir os palácios de mármore e vidro, para cortar a cabeça de todos, sem do nem piedade” (C3.5).

Outros acreditam que o povo deveria julgar os crimes cometidos que estão sendo investigados pela Operação Lava Jato e que ações devem ser tomadas “[...] Pelo fim da reeleição nos legislativos municipais, estaduais, distrital e federal” (C6.5). Há a necessidade que o país seja “passado a limpo”, como também que reformas administrativas e políticas sejam feitas.

Ao invés de ficar nesta baboseira dos mesmos temas, em início de mandato, que tal pesquisar sobre temas de reforma política: Qual o custo para o país desta elite política? Quanto pagamos para manter o legislativo, executivo e judiciário? como separar estes poderes de fato. Que tal extinguir o senado? e se à reeleição de deputados e vereadores ficasse submetida à aprovação do restante dos eleitores que não votaram nestes políticos, assim só seriam reeleitos por maioria (C21.5).

Os internautas também sugerem que haja um padrão para fazer prisões ou libertações e que todos estejam sujeitos à lei e sejam penalizados severamente, o que é bastante mencionado entre os comentários. Ainda, exigem transparência e comprovantes de transações, além de haver comentários que defendam privatizações de empresas ou mudanças da forma de governo, sendo citados o Parlamentarismo e o Regime Militar.

A minoria acredita que a população também tem culpa e deve fazer a sua parte para combater esse fenômeno social: “se cada um fizer a sua parte mudaremos este País. Se cada um cuidar da sua porta a cidade ficar limpa. Seja a mudança que você quer ver no mundo... alguém muito sábio já disse isso” (C11.5). Outro comentário interessante foi:

O problema do Brasil não são só os peixes grandes. A maioria das transações comerciais envolve p/r/o/p/i/n/a e isto vem acontecendo por décadas. Na publicidade é assim (10 a 15%), na construção civil, na arquitetura (RT), para entrar na gôndola do supermercado, enfim tudo funciona na base de "comissão". A única saída seria educar as crianças de hoje e daqui a 40 anos vamos ter um país decente. Portanto, esqueça, pois isto não vai acontecer (C24.5).

Diversos internautas ansiavam que as investigações e delações conduzissem à prisão do ex-presidente da república, Luis Inácio Lula da Silva, e possuíam uma imagem negativa do partido ao qual está afiliado, o PT - Partido dos Trabalhadores: “já serviram os canapés e a salada, muito bem!...Agora já é hora de trazer o prato principal: os políticos com a sobremesa, o lula!” (C36.5) e “o muro da blindagem do PT está começando a ruir, obviamente, construído pela Odebrecht” (C37.5).

Poucos comentários incluíram personalidades de outros partidos envolvidos, sendo o mais citado, neste caso, Aécio Neves do PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira. Assim, é possível dizer que houve o predomínio de citações sobre o Partido dos Trabalhadores, com menções a Lula e Dilma, a qual, no momento de finalização da pesquisa, encontra-se afastada de seu cargo como presidente.

Contudo, grande parte dos internautas almeja justiça e que todos os envolvidos sejam punidos conforme a lei, independente de cargos, partidos ou classes. Concluímos isso ao observarmos comentários como estes: “seja lá quem for que for, de que partido for se no curso da investigação estiver envolvimento, deverá ser punido. Isso é que os brasileiro espera da justiça” (C38.5); e “acho excelente o combate a corrupção, mas acho horrível o pré julgamento e a prisão sem fundamento sólido. Prisão não deve ter espaço para contestação” (C33.5); e “esse é o caminho... agora o phethe... depois o peéssedebê... o peemedebê... e assim por diante...” (C35.5).

Assim, os internautas tendem a acreditar que a corrupção está ligada aos políticos e ao setor público no Brasil, sendo eles os principais culpados pela crise que o país está passando. Concordam, assim, com a definição de corrupção proposta por Ijewereme (2015) e com o que é discutido pelo Transparency International (2016a).

Ainda, há aqueles que pensam conforme Schilling (1999) e Zancanaro (1995) sobre não haver ausência de culpa, afinal “[...] para que haja a corrupção é preciso haver um corruptor. Não sei quem é pior, o corrupto ou o corruptor. Eles ficaram bilionários as custas de dinheiro que deveria ter sido investido em saúde e em educação” (C30.5). É “tudo farinha do mesmo saco” (C32.5), diz outro comentário.

Quando raro a população deixa de ser a vítima nos discursos, as acusações envolvem a má escolha de candidatos a cargos políticos ou a falta de interesse da população em colaborar para uma mudança, o que remete à questão apontada por Zancanaro (1995) e nos comentários dos internautas da necessidade de se investir em educação.

Finalmente, ao analisarmos os comentários, percebemos que algumas pessoas estão descrentes quanto às investigações da Operação Lava Jato, dizendo “vai dar em nada, O STF vai mandar prender o juiz Sergio Moro por abuso de investigação!” (C6.4) e que no nosso país se “prende e solta, solta e prende.... daqui a pouco todos estarão soltos, livres e leves. E com os bolsos cheios e rindo dos tontos (nós)” (C17.4). Mas, essa não é a opinião que prevalece.

A maioria dos internautas brasileiros acredita na mudança, o que para Schilling (1999) é crucial a fim de combater a corrupção, e que as investigações estão sendo conduzidas como tem que ser. A esperança deles está nas ações do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, do Juiz Sérgio Moro e da imprensa livre. Contudo, como argumentado por alguns internautas, é necessário que cada um faça sua parte, pois no Brasil a corrupção é sistêmica, como diz Pereira (2005), indicando que deve haver real interesse e mobilização de todos.

5. Considerações finais

O nosso estudo abordou a opinião de internautas sobre a corrupção no Brasil, especialmente no que se refere ao esquema de corrupção envolvendo a Odebrecht, umas das empreiteiras investigada na Operação Lava Jato. Os escândalos corporativos são frequentemente divulgados pela mídia e, devido às relações e implicações das ocorrências de corrupção nas organizações com o Governo e a sociedade, nos pareceu interessante realizar este estudo a partir da opinião pública.

Entendemos que o objetivo de analisar as interpretações dos internautas acerca do que foi publicado sobre o caso de corrupção na Odebrecht foi alcançado, pois identificamos, por meio de uma análise de conteúdo dos comentários encontrados nas reportagens, cinco assuntos principais discutidos pelas pessoas. Esses assuntos foram agrupados nas seguintes categorias: (1) empresário de bem e empresa sanguessuga, (2) conteúdo e censura do jornal, (3) causas da corrupção, (4) consequências da corrupção e (5) os culpados e o combate à corrupção.

De modo geral, internautas leitores da Folha de S. Paulo *online* acreditam que a Odebrecht é responsável pelos atos corruptos e, ao mesmo tempo, não é. Comentários que atribuem culpa à empresa foram mais recorrentes no final de 2015, meses após a prisão do presidente da companhia. Neste sentido, foi identificado que a empresa se aproveitou da situação e tomou atitudes para o benefício próprio, como também é questionado o caráter de Marcelo Odebrecht.

Por outro lado, os comentários que defendem a organização afirmam que ela foi influenciada pelo Governo, de modo que não é certo denegrir sua imagem, uma vez que emprega muitos brasileiros. Quanto ao empresário, a defesa ocorre de forma semelhante, sendo referido, primordialmente, de forma respeitosa. Mas, vale ressaltar que a maioria dos comentários encontrados a respeito do esquema de corrupção na Odebrecht não focou na organização ou nos empresários envolvidos, mas em argumentos contra o Lula e o PT.

Em relação ao conteúdo e censura do jornal, em algumas notícias foram identificados comentários que denunciavam a censura às suas opiniões, seja por meio de exclusão ou não publicação do comentário ou por tentativas de evitar isso escrevendo de outra forma as palavras que podiam ser o motivo de censura. Poucos internautas questionaram o que estava sendo publicado. Embora expressões a favor de reportagens e de seus autores fossem também escassas, entendemos que o fato de, justamente, não haver esse questionamento, indica que os internautas tendem a concordar com o que foi publicado.

De modo geral, no que se refere aos culpados pelo esquema de corrupção abordado neste artigo, embora grande parte dos internautas anseie por justiça, muitos desses apenas se posicionaram contra o ex-presidente Lula e o partido ao qual é filiado, o PT, alegando que eles seriam os principais culpados.

As causas, as consequências e o combate ligados à corrupção encontrados nos comentários dos internautas foram, em sua maioria, similares àqueles apontados por alguns autores durante a nossa revisão bibliográfica (POWER; GONZÁLEZ, 2003; FURTADO, 2012; PEREIRA, 2005; AMUNDSEN, 1999; KUBBE, 2014; TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2016a; TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2016b; IJEWEREME, 2015; SCHILLING, 1999; ZANCANARO, 1995).

Contudo, embora alguns aspectos tenham sido condizentes com o que encontramos em outros estudos, especialmente sobre o que se entende por corrupção, no que se refere a essas últimas três categorias, foram também encontrados novos elementos não mencionados na revisão da literatura sobre o tema. Assim, este estudo apresenta colaborações teóricas e práticas. No primeiro caso, entendemos que contribuimos para as pesquisas sobre corrupção no contexto das organizações, assunto que ainda é pouco explorado no país, ao apontar a necessidade de desenvolver novos referenciais para análise desse fenômeno.

Os itens que não foram mencionados pelos autores referidos neste estudo, mas que foram encontrados nos comentários dos internautas sobre as causas foram: baixo grau de formação e conhecimento, salários baixos ou não compatíveis com o cargo e não transparência dos políticos. Nas consequências, os elementos diferentes foram: o surgimento de favelas, a inflação, o aumento de tarifas e o desemprego.

Quanto ao combate, as novas contribuições são: reforma administrativa, reforma política, padrão de prisão e libertação, aplicação da lei para todos, violência contra corruptos, manifestação popular nas ruas, transparência e comprovante de transações. Quanto ao que os internautas apontaram sobre responder a violência (corrupção) com violência, manifestamos nosso entendimento que esse radicalismo não contribui para o combate à corrupção, e, pelo contrário, é um recurso perigoso para a sociedade. Dessa forma, o que encontramos colabora para uma melhor compreensão sobre o porquê existe a corrupção e como esse fenômeno, que traz tantos danos à sociedade, pode ser solucionado, além de chamar a atenção para os estudos na área.

No que tange às colaborações práticas, a nossa discussão indica que os internautas estão atentos aos acontecimentos e reconhecem quais são as consequências da corrupção e propõem soluções para combatê-la. Então, isso é um alerta às organizações e aos seus responsáveis de que seus atos corruptos não são despercebidos e que os posicionamentos e as discussões *online* podem trazer prejuízos às partes, tais como desgaste da imagem organizacional e punição dos culpados.

Vale ressaltar que essa pesquisa teve limitações por se basear somente em uma única fonte de informação, o jornal Folha de S. Paulo *online*. Há a possibilidade de que leitores de outros jornais tenham opiniões que sejam, predominantemente, diferentes. Além disso, por nos basearmos em comentários de internautas, não podemos deixar de considerar que são pessoas que podem assumir diversas “faces” pelo advento do anonimato, levando a opiniões diversas.

Diante essas considerações, sugerimos aos estudos futuros (1) utilizar mais fontes de informação, comparando os comentários presentes nas diversas mídias; (2) realizar pesquisas com funcionários da Odebrecht e demais empreiteiras envolvidas no esquema de corrupção, a fim de investigar a perspectiva das pessoas inseridas no contexto; e (3) considerar outros tipos de corrupção que não estejam associados a políticos, para compreender melhor a percepção dos brasileiros acerca do tema.

Referências

ABRAMO, C. W. Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 73, p. 33-37, 2005.

AFFONSO, J. et al. Marcelo Odebrecht é condenado a 19 anos e 4 meses de prisão na Lava Jato. **O Estado de S. paulo**, São Paulo, 08 mar. 2016. Política, Blogs. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/marcelo-odebrecht-e-condenado-a-19-anos-de-prisao/>>. Acesso em: 06 maio 2016.

AMUNDSEN, I. **Political Corruption: an introduction to the issues**. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 1999.

ANAND, V.; ASHFORTH, B. E.; JOSHI, M. Business as usual: The acceptance and perpetuation of corruption in organizations. **The Academy of Management Executive**, v. 18, n. 2, p. 39-53, 2004.

ANJ. Associação Nacional de Jornais. **Maiores Jornais do Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. Para o cidadão. Atuação temática. Combate à corrupção. Portal de combate à corrupção. Especial Lava Jato. Atuação na 1ª instância. **Por onde começou**. Brasília: Ministério Público Federal; 2016a. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/atuacao-na-1a-instancia/investigacao/historico/por-onde-comecou>>. Acesso em: 24 maio 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. Para o cidadão. Atuação temática. Combate à corrupção. Portal de combate à corrupção. Especial Lava Jato. **Entenda o caso**. Brasília: Ministério Público Federal; 2016b. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em: 24 maio 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social (SECOM). Apresentação. **A pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: SECOM, 2014. 153 p. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2016.

BREI, Z. A. Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso. **Revista de Administração Pública**, v. 30, n. 1, p. 64-77, 1996.

BUDAK, J.; RAJH, E. Corruption as an Obstacle for Doing Business in the Western Balkans: A Business Sector Perspective. **International Small Business Journal**, Cheshire, v. 32, n. 2, p. 140-157, March 2014

CAMAJ, L. The media's role in fighting corruption: Media effects on governmental accountability. **International Journal of Press and Politics**, [S.l.]v. 18, n. 1, p. 21-42, Jan. 2013.

CARRARO, A.; MENEZES, G. R.; CANEVER, M. D.; FERNANDEZ, R. N. Formação de empresas e corrupção: uma análise para os estados brasileiros. Encontro de Economia da Região Sul - ANPEC / SUL, 14, 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPEC, 2011.

CARRARO, A.; GARCIA, F. ; COSTA, G. W. ; MENEZES, G. ; CANEVER, M. D. ; FERNANDEZ, R. . Does governmental corruption affect entrepreneurship in Brazil?. **Ensaios FEE** (Impresso), v. 37, p. 615-642, 2016

COBB, M. D.; TAYLOR, A. J. An Absence of Malice: The Limited Utility of Campaigning Against Party Corruption. **American Politics Research**, [S.l.] v. 43, n. 6, p. 923 –951, Nov. 2015.

FILGUEIRAS, F. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Revista Opinião Pública**, Campinas, 15, n. 2, p. 386-421, 2009.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FURTADO, L. R. **As raízes da corrupção**: estudos de caos e lições para o futuro. 2012. 499 f. Tese (Doutorado em Direito) – Departamento de Derecho Administrativo, Financiero y Procesal, Universidad de Salamanca, Salamanca, Espanha, 2012.

GICO JR, I. T.; ALENCAR, C. H. R. Corrupção e judiciário: a (in) eficácia do sistema judicial no combate à corrupção. **Revista Direito GV**, v. 7, n. 1, p. 75-98, 2011.

HASSID J.; BRASS J.N. Scandals, Media and Good Governance in China and Kenya . **Journal of Asian and African Studies**, Leiden, v. 50, n.3, p. 325-342, 2015.

HSIEH, H. F.; SHANNON, S. E. Three approaches to qualitative content analysis. **Qualitative health research**, v. 15, n. 9, p. 1277-1288, 2005.

IJEWEREME, O. B. Anatomy of Corruption in the Nigerian Public Sector. **SAGE Open**, v. 5, n. 2, p.1-16, 2015.

KUBBE, I. **The Bigger Picture of Corruption**: Europe in Comparative Perspective. Center for the Study of Democracy, UC-Irvine. 2014.

LAMBSDORFF, J. G. Causes and consequences of corruption: What do we know from a cross-section of countries? In: ROSE-ACKERMAN, S. **International Handbook on the economics of corruption**, Northampton: Edward Elgar Publish, p. 3-51, 2006.

LEAL, R. G.; RITT, C. F. A democracia considerada como o melhor sistema político para o enfrentamento e combate à corrupção, v. 01, 2015. In: XI Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. **Anais...** Santa Cruz do Sul/RS: UNISC, p. 1-19, 2015.

LEAL, R. G.; SILVA, I. S. **As múltiplas faces da corrupção e seus efeitos na democracia contemporânea**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014. E-Book. ISBN: 978-85-7578-392-4. Disponível em: <<http://www.unisc.br/portal/pt/editora/e-books/389/as-multiplas-faces-da-corrupcao-e-seus-efeitos-na-democracia-contemporanea.html>>. Acesso em: 06 maio.2016.

MACEDO, F. Presidentes da Odebrecht e da Andrade Gutierrez são presos pela Lava Jato. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2015. Política, Blogs. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/lava-jato-deflagra-nova-operacao-e-cumpre-12-mandados-de-prisoas/>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

MEDEIROS, C. R.; VALADÃO JR., V. M.; MIRANDA, R. Guilty or innocent? Comments from internet users about white-collar crime. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n.6, 2013, p. 617-628.

MELO, F. L. N. B.; SAMPAIO, L. M. B.; OLIVEIRA, R. L. Corrupção Burocrática e Empreendedorismo: Uma Análise Empírica dos Estados Brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 19, n. 3, p. 374-397, mai./jun. 2015.

O'CONNOR, S.; FISCHER, R. Predicting Societal Corruption Across Time: Values, Wealth, or Institutions? **Journal of Cross-Cultural Psychology**, Newbury Park, v. 43, n. 4, p. 644-659, May 2012.

OLIVEIRA JÚNIOR, T. M.; COSTA, F. J. L.; MENDES, A. P. Perspectivas Teóricas da Corrupção no Campo da Administração Pública Brasileira: Características, Limites e Alternativas. **Revista do Serviço Público**, v. 67, n. Ed. Especial, p. 111-137, 2016.

PALIFKA, B. Bureaucratic corruption and entrepreneurship in Brazil. **150-mile conference Edinburg**, Texas April 22, 2006.

PEREIRA, J. M. Reforma do Estado e transparência: estratégias de controle da corrupção no Brasil, outubro/2002. In: VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de La Administración Pública. **Anais...** Lisboa, Portugal, p. 1-22, 2002.

PEREIRA, J. M. Reforma do Estado e controle da corrupção no Brasil. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 4, n. 1, 2003.

PEREIRA, J. M. Reforma do Estado e controle da corrupção no Brasil. **REGE - Revista de Gestão**, v. 12, n. 2, p. 1, 2005.

PILLAY, S.; DORASAMY, N. Linking cultural dimensions with the nature of corruption: An institutional theory perspective. **International Journal of Cross Cultural Management**, Dorchester, v. 10, n. 3, p. 363-378, Dec. 2010.

POWER, T. J.; GONZÁLES, J. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p. 51-69, nov. 2003.

PUGLISI, R.; SNYDER, J. Newspaper Coverage of Political Scandals. **The Journal of Politics**, Austin, v. 73, n. 3, p. 931-950, July 2011.

ROSE-ACKERMAN, S. **Corruption: A Study in Political Economy**. New York: Academic Press, 1978.

ROSE-ACKERMAN, S. The Economics of Corruption. **Journal of Public Economics**, Amsterdam, v. 4, n. 2, p.187-203, Feb. 1975.

SALOMÃO, K. As 20 empresas que mais demitiram em 2015 até agora. **Revista Exame**, Editora Abril, 20 abr. 2015. Negócios. Últimas notícias. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/as-20-empresas-que-mais-demitiram-em-2015-ate-agora>>. Acesso em: 06 maio 2016.

SCHILLING, F. O estado do mal-estar: corrupção e violência. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 3, p. 47-55, 1999.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 16, n. 1, 2015.

SILVA, T. A pesquisa sobre escândalo político: panorama de 10 anos. **Revista Fronteiras** – estudos midiáticos, São Leopoldo, v. 15. N. 3, p. 160-169, set./dez. 2013.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. What is corruption?. **How do you define corruption?**. 2016a. Disponível em: <<http://www.transparency.org/what-is-corruption/#define>>. Acesso em: 05 maio 2016.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. What is corruption?. **What are the costs of corruption?**. 2016b. Disponível em: <<http://www.transparency.org/what-is-corruption/#costs-of-corruption>>. Acesso em: 05 maio 2016.

VIEIRA, A. G. Lista de repasses da Odebrecht trazem nomes de mais de 200 políticos. **Valor Econômico**, São Paulo, 23 mar. 2016. Política. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/4495544/listas-de-repasses-da-odebrecht-trazem-nomes-de-mais-de-200-politicos>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

ZANCANARO, A. F. A corrupção político-administrativa no Brasil. **Akrópolis-Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, v. 3, n. 10, 1995.